

Gênero e cidadania: limites e possibilidades dos livros didáticos no ensino de história

Renata Cavazzana da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Três Lagoas - Mato Grosso do Sul - Brasil
renata.cavazzana@gmail.com

Resumo: Os livros didáticos são objetos culturais complexos e multifacetados, posto que materializam os aspectos mercadológicos, ideológicos e pedagógicos de sua elaboração. Considerados instrumentos essenciais para o ensino de História, que desempenha um papel fundamental na formação de cidadãs e cidadãos, os livros didáticos mantêm uma relação íntima com a construção do conhecimento histórico e, conseqüentemente, com a edificação da cidadania. Diante do exposto, temos o objetivo de analisar, a partir da teoria feminista e da categoria gênero, os limites e as possibilidades do livro didático de História do 9º ano do *Projeto Radix – Raiz do Conhecimento* (2013), discutindo especificamente a narrativa sobre a atuação das mulheres e do movimento feminista brasileiro no processo de democratização no país e na elaboração da Constituição Cidadã de 1988 e sobre o conceito de cidadania.

Palavras-chave: Livro didático. Feminismo. Cidadania. Ensino de História.

Introdução

O livro didático é um elemento marcante no cotidiano escolar e na prática das professoras e dos professores de História, dentro e fora da sala de aula, sendo parte constitutiva de todo o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ano letivo, desde o planejamento das aulas à avaliação. Considerado por especialistas como a ferramenta mais importante no ensino de história (RÜSEN, 2011, p. 109), estes materiais oferecem uma apresentação sistematizada de determinados conteúdos, sendo amplamente utilizados por docentes como um guia para a seleção dos temas e das formas pelas quais eles serão apresentados e trabalhados com os alunos. Dessa forma, como analisa Erinaldo Cavalcanti (2016, p. 274): “[...] a história ensinada em sala de aula guarda uma íntima relação com os livros didáticos [...]” – o que revela o potencial destes materiais enquanto veículos de sistemas de valores e ideologias entremeados aos conteúdos disciplinares.

Para além de seu caráter instrumental e pedagógico, o livro didático “[...]” como objeto e produto cultural traz consigo pedagogias que inscrevem padrões normativos e hegemônicos sobre os sujeitos, suas relações, comportamentos, etc.” (SILVA, 2007, p. 224) e, enquanto uma mercadoria que faz parte da indústria cultural, atende a uma

demanda do mercado editorial (MUNAKATA, 2012). Portanto, consideramos essencial a reflexão crítica sobre estes materiais, relativizando sua legitimidade, posto que sua presença cotidiana na sala de aula e a naturalização deste tipo de livro como principal base e referência no processo de ensino e aprendizagem podem levar alunas e alunos, professoras e professores a tomá-los como depositários de verdades incontestáveis.

Por isso ressaltamos que a elaboração dos livros didáticos passa por diversas interferências, a começar pelo longo e denso trabalho desempenhado por uma equipe de profissionais diversos que, de acordo com Cavalcanti (2011), deixam sua marca no produto final e, portanto, devem ser considerados igualmente autores do livro. E embora todos os envolvidos nesse processo devam seguir princípios éticos essenciais para a construção da cidadania e da democracia, de modo que o livro não veicule estereótipos e preconceitos, os livros didáticos promovem a transmissão de estereótipos e valores de grupos dominantes (BITTENCOURT, 2017).

Considerando que “[...] o ensino de história é uma das instâncias mais importantes para a formação política” (RÜSEN, 2011, p. 110) e que esta finalidade da disciplina histórica frequentemente se fundamenta na relação evidente entre História escolar e formação cidadã, cabe analisar quais os sentidos atribuídos à cidadania nos espaços escolares, “[...] quando a utilização do termo cidadania encontra-se disseminada em uma profusão de textos e discursos acadêmicos, políticos, especialmente naqueles destinados às questões educacionais” (BITTENCOURT, 2017, p. 21) – como é o caso dos livros didáticos.

E visto que “[...] ainda são relativamente poucas e esparsas as investigações que tenham como objeto de estudo os livros didáticos sob a perspectiva analítica de gênero” (SILVA, 2007, p. 226), sobretudo articulando o debate sobre cidadania, nosso objetivo é refletir, a partir da categoria gênero e da teoria feminista, sobre os limites e as possibilidades que os livros didáticos de história oferecem para a formação da cidadã e do cidadão. Para tanto, realizaremos uma análise de um exemplar do livro didático de História do 9º ano do *Projeto Radix – Raiz do Conhecimento* (2013), da Editora Scipione, abordando especificamente sua narrativa sobre a atuação das mulheres e do movimento feminista brasileiro no processo de redemocratização no país e na elaboração da Constituição Cidadã de 1988¹.

¹ O capítulo do livro em que a discussão proposta se insere tem como marcos a abertura da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, sob o governo José Sarney (1985-1990) e, atravessando as décadas de 1990 e 2000, o segundo ano do governo de Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir o país, eleita em 2011.

Mulheres: um adendo

A história das mulheres e o campo interdisciplinar de estudos de gênero emergiram no Brasil durante a década de 1980, em resposta a uma demanda dos movimentos feministas por estudos científicos sobre a história e a “situação da mulher no Brasil e no mundo” que pudessem fundamentar e direcionar a prática política dos movimentos. Ou seja, o desenvolvimento da história das mulheres e de uma problemática de gênero na história está fortemente relacionado à atuação do feminismo como movimento político. Esse processo suscitou a dificuldade da ciência histórica em lidar com a crítica feminista, considerada oposta ao profissionalismo e à cientificidade, por supostamente comprometer a parcialidade dos estudos históricos. Sob a acusação de “história militante” esconde-se a resistência da historiografia à história das mulheres e aos estudos de gênero, e a tentativa de deslegitimar seu caráter científico (PEDRO, 2010, p. 270).

Dessa forma, este campo de estudo se constituiu na História por meio de um grande esforço de revelar a incompletude do conhecimento histórico, questionando a propalada neutralidade científica face à exclusão das mulheres enquanto sujeitos históricos e a necessidade de, não apenas complementar a historiografia com a história das mulheres, mas de reescrevê-la a partir de investigações considerando a categoria gênero (SCOTT, 1995, p. 73). Esse questionamento, somado à dimensão política desse estudo – que não lhe é exclusiva –, gerava (e ainda gera) grande desconforto por desestabilizar padrões, como a máxima de que a história seria “o estudo dos homens no tempo”, como pretendia Marc Bloch.

Apesar disso, o campo dos estudos de gênero alcançou legitimidade institucional e científica, não podendo mais ser ignorado nos debates acadêmicos ou nas salas de aula, onde o debate sobre gênero se faz presente por meio dos livros didáticos de história, visto que a emergência e a consolidação dos estudos de gênero durante a década de 1980 fizeram parte “[...] de um movimento que passou a exigir mudanças e renovação dos livros didáticos de História” (SILVA, 2007, p. 227). Entretanto, como analisa Cristiani Bereta da Silva (2007, p. 227), considerando também as reformas curriculares da década de 1980, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos últimos anos da década de seguinte:

A necessidade de incorporar renovações historiográficas como os novos temas e problemas históricos, dentre eles a história das mulheres, aliada ao próprio desenvolvimento da “mercadoria” livro didático nos últimos anos, pode revelar, contudo, situações singulares e, também, algumas armadilhas.

Nesse sentido, o livro didático de História do 9º ano *Projeto Radix* é exemplar: sua singularidade consiste na rara menção à campanha das mulheres e do movimento feminista brasileiro pela Constituição Cidadã – justamente o elemento que motivou a escolha do livro para a análise; quanto às armadilhas, estas dizem respeito à reprodução de uma narrativa histórica masculina, na qual as mulheres são colocadas na posição de meras coadjuvantes, até mesmo de sua própria história.

O *Projeto Radix* é da Editora Scipione e sua autoria é atribuída a Cláudio Vicentino, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e professor de cursos pré-vestibulares e do ensino médio. Contudo, é importante ressaltar que a produção do livro contou com uma equipe numerosa e especializada. A obra integra uma coleção que conta com 4 volumes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Cada volume é dividido em 8 módulos, subdivididos em capítulos, que se iniciam com uma seção de atividades diagnósticas com imagens e perguntas, seguida por textos, em uma linguagem clara e direta, com vocabulário conceitual nas margens laterais, atividades, boxes e seções especiais com fontes históricas ao final de cada capítulo. O livro contém ainda, nas últimas páginas, uma seção sobre um dos “8 Jeitos de Mudar o Mundo” que compõem a Declaração do Milênio (2000)², uma seção sobre o uso da internet como ferramenta de pesquisa, um caderno de atividades e, por fim, uma seção com indicações de filmes, livros e *sites* relacionados aos capítulos do volume.

Em algumas páginas do livro, podemos encontrar mulheres, anônimas e famosas, majoritariamente brancas, em imagens alheias aos textos principais – posto que não são nem mesmo citadas nestas narrativas – com legendas descontextualizadas que não explicam a escolha das imagens, ou seja, não elucidam por que motivos aquelas mulheres estão ali representadas e como elas se tornaram parte da história. É possível inferir que isso ocorra devido ao fato de que, geralmente, os autores dos textos dos livros didáticos

² A Declaração do Milênio foi uma lista com 8 objetivos a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, assinada por 192 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil. De acordo com o *Projeto Radix*, os objetivos são: “1. Acabar com a fome e a miséria; 2. Educação básica e de qualidade para todos; 3. Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar as saúdes das gestantes; 6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento” (VICENTINO, 2013, p. 315). Para cada volume, um objetivo é escolhido de acordo com os conteúdos trabalhados ao longo do livro. No exemplar do 9º ano, o objetivo escolhido foi “Acabar com a fome e a miséria”.

não são os mesmos responsáveis pelas escolhas das imagens (iconografia) e das ilustrações que compõem os livros, como analisa Erinaldo Cavalcanti (2016).

Diante disso, ressaltamos que embora Cláudio Vicentino seja o autor dos textos do livro de História *Projeto Radix* e o único nome a estampar a capa do livro, a equipe responsável pela iconografia é composta por Claudia Bertolazzi e Claudia Cristina Balista. Mesmo que os textos e as imagens façam parte do discurso didático do livro como um todo (CHOPPIN, 2004, p. 559), as ilustrações concorrem com os textos em busca de espaço nos livros didáticos (BITTENCOURT, 2017, p. 69) e, por isso, observamos a disparidade na presença das mulheres entre os textos e as ilustrações. Além das ilustrações, as mulheres estão também em algumas seções de atividades ao final dos capítulos e nos boxes (caixas de textos) de curiosidades e informações complementares: são um adendo na história. Sendo assim, esta breve análise do livro em questão corrobora com a constatação de que, os livros didáticos,

ao incorporar temáticas que envolvem mulheres e relações de gênero como apêndices da história geral – através de textos complementares –, expõem, paradoxalmente, permanências, ao invés de mudanças. [...] As mulheres parecem permanecer como um grupo desviante entre os saberes históricos escolares, ao passo que os homens ainda ocupam a “base da elaboração da regra” (SILVA, 2007, p. 228).

A partir dessas considerações, analisaremos especificamente o tratamento dado às lutas das mulheres e do movimento feminista durante a redemocratização do país que, embora tenham sido essenciais nesse processo – sobretudo durante a campanha dos movimentos de mulheres, do movimento feminista e das mulheres do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) –, são resumidas neste livro didático em um texto de *box*, como uma discussão complementar do capítulo intitulado “Brasil: tempos de redemocratização e de globalização”.

“Algo a mais”

O movimento feminista brasileiro emergiu na década de 1970 ao lado de movimentos populares de esquerda, mobilizados no contexto da repressão da ditadura militar, que marcou profundamente a história do Brasil durante 21 anos (1964-1985), assim como os movimentos de mulheres³. Organizadas em clubes de mães e donas-de-

³ As expressões “movimento de mulheres” e “movimento feminista” não devem ser confundidas. Segundo Teles, o primeiro diz respeito às ações organizadas por grupos de mulheres que reivindicam

casa, associações ou sociedades de amigos de bairro para reivindicar creches, melhores salários e custo de vida, entre outras coisas “[...] começaram a se movimentar, por meio de abaixo-assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los” (TELES, 2017, p. 86), antes mesmo da década de 1970. Com o impulso desses movimentos, as feministas brasileiras começaram a se organizar pelo país levantando a bandeira “o privado é político” reivindicando uma nova forma de fazer política: autônoma e capaz de superar a separação entre o público e o privado, sobretudo por meio da politização dos debates de questões como corpo, sexualidade, maternidade, o direito ao aborto, entre outras.

Feministas ou não, as mulheres foram muito importantes na busca pela democracia no Brasil, especialmente durante a ditadura militar. Dos anos de chumbo, atuando em movimentos estudantis e nas guerrilhas, aos últimos anos do regime ditatorial, ainda na luta pelos direitos democráticos com a campanha pelas Diretas Já e, posteriormente, com a campanha pela Constituição e pela reconstrução da democracia brasileira, a atuação das mulheres foi ampla e ricamente documentada pelos jornais da imprensa feminista alternativa, como o periódico *Mulherio* (1981-1988)⁴. Isso se explica pela “[...] relação de proximidade entre os nascentes movimentos de mulheres, feministas e a imprensa feminista” no decorrer das décadas de 1970 e 1980, apontada por Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013, p. 61). Entretanto, a despeito da disponibilidade de fontes e da ampla produção bibliográfica sobre o tema, as mulheres brasileiras raramente estão presentes nos livros didáticos de história enquanto sujeitas da construção da cidadania e da democracia do país – e, se estão, ocupam uma posição secundária.

No livro didático analisado, após serem ignoradas em toda a narrativa sobre a ditadura militar capítulos antes, as mulheres aparecem em um *box* com o subtítulo “Romântica ou aguerrida, a mulher brasileira vai à luta” (à direita na Figura 1). A partir da reprodução das páginas analisadas abaixo podemos identificar em seu layout, a indicação de um novo assunto sob título “A reorganização do país após a ditadura” e o primeiro tópico do capítulo “José Sarney: a nova Constituição e o estouro da inflação”, com letras em

direitos ou melhores condições de vida e trabalho, como foi o conhecido Movimento do Custo de Vida, o primeiro movimento de massa a sair às ruas após o Ato Institucional 5, de 1968. Já a expressão ‘movimento feminista’, refere-se aos movimentos fundamentados no combate à discriminação e à subalternidade das mulheres (2017, p. 23).

⁴ O jornal *Mulherio* é uma fonte em potencial para o estudo do processo de redemocratização do país e todas as suas edições se encontram disponíveis gratuitamente em formato digital no site da Fundação Carlos Chagas através do link <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/capas2.html>.

destaque cor de rosa. Este é o ponto de partida da narrativa, cujos protagonistas são o então presidente José Sarney e a Assembleia Nacional Constituinte, com destaque ao presidente constituinte Ulysses Guimarães, no centro da foto que acompanha o texto, representando a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988. À direita há um fragmento do *box*, uma narrativa separada e delimitada pelo fundo de cor bege, com letras menores e o título “Algo a +”, indicando seu caráter secundário.

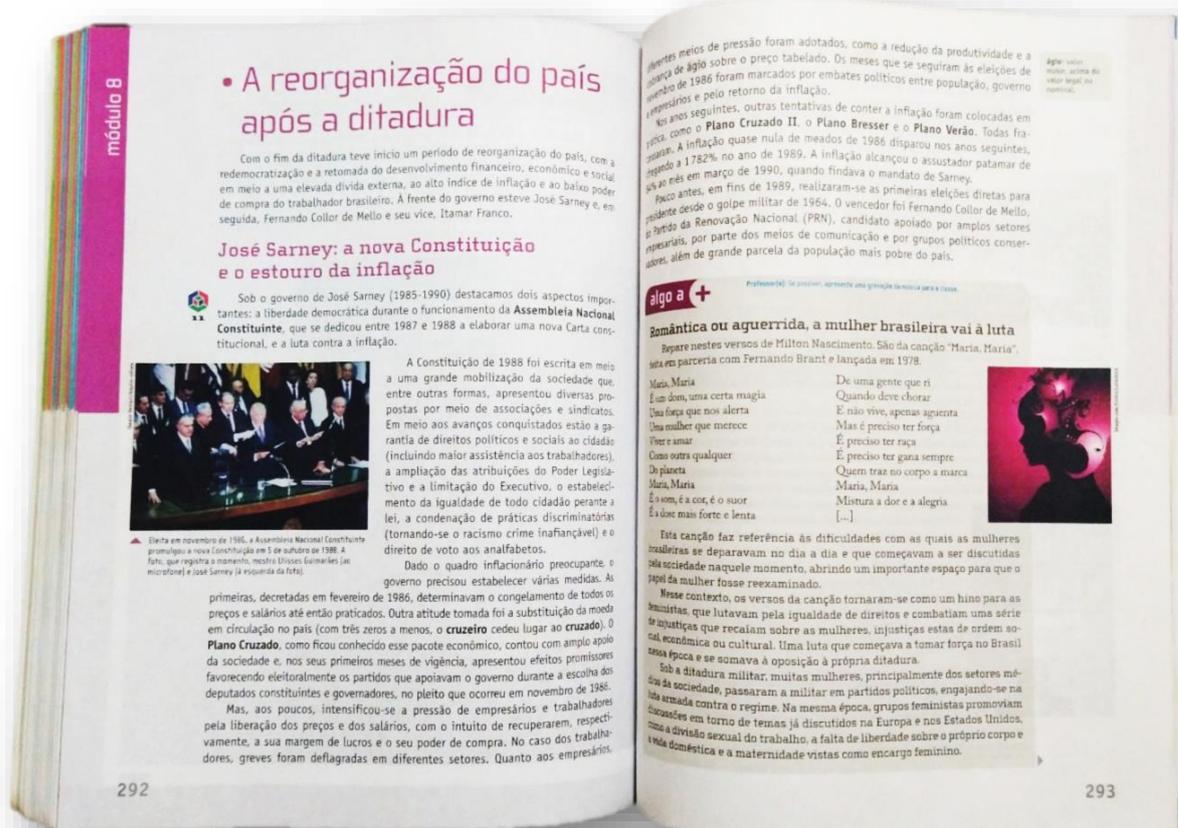


Figura 1: Páginas iniciais do capítulo “Brasil: tempos de redemocratização e de globalização”.
 Fonte: VICENTINO, 2013, p. 292-293.

Localizado entre as páginas 293 e 294, o *box* traz um pequeno resumo de quatro décadas da atuação das mulheres brasileiras e do movimento feminista – da luta contra a ditadura à busca pela garantia de direitos durante a gestação da Constituição Cidadã e a conquista da Lei Maria da Penha (à esquerda na Figura 2) – como uma curiosidade sobre o processo de redemocratização do país, reiterando uma narrativa masculina na qual as mulheres são marginalizadas. Além do recurso da caixa de texto complementar estabelecer a separação e a hierarquização dos conteúdos em níveis de relevância, a expressão “algo a mais” sugere que o tema abordado é secundário e pode ser adicionado

– ou não – ao conteúdo principal⁵. No caso da introdução das mulheres enquanto sujeitos da história nos livros didáticos, sua delimitação em boxes implica reproduzir a ideia de que há uma história “dos homens”, cuja narrativa é considerada mais importante, posto que constitui o texto principal do livro, e uma história “das mulheres” separada daquela, portanto, menos relevante. Essa divisão é artificial e o uso do gênero como uma categoria de análise histórica tem possibilitado investigar como este elemento dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico (SCOTT, 1995).



Figura 2: Continuação do capítulo “Brasil: tempos de redemocratização e de globalização”.

Fonte: VICENTINO, 2013, p. 294-295.

A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, é um marco para a democracia brasileira e reconhecida internacionalmente como uma das mais completas do mundo,

⁵ A descrição da organização da obra pelos próprios autores e autoras do livro corrobora com a nossa análise, posto que apresenta “Algo a +” como “[...] um boxe com informações adicionais ou curiosidades sobre o assunto que está sendo tratado” (VICENTINO, 2013, p. 4) (grifo nosso).

fato que se deve, em parte, à massiva atuação das mulheres – desde as eleições da Assembleia Constituinte à promulgação da Carta constitucional. A mobilização individual ou coletiva das mulheres nesse período pode ser dimensionada a partir do alcance e da diversidade das muitas ações realizadas, como a campanha institucional promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o *advocacy* do chamado Lobby do Batom⁶, a produção de uma peça de teatro, escrita por uma moradora de favela e assistida por mais de 10 mil pessoas na Baixada Fluminense, a realização de uma “mini-constituente” com 33 “deputadas” eleitas nos bairros periféricos de São Paulo, além de diversos encontros e seminários promovidos por grupos de mulheres e feministas, autônomos ou partidários (MULHERIO, 1986, p. 13).

Vale ressaltar ainda a *Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987* que sequer foi mencionada no livro didático. Redigida e sistematizada ao longo de eventos e encontros promovidos pela campanha nacional “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), suas pautas /foram intensamente deliberadas por mulheres de todas as regiões do país. Entregue aos parlamentares pela presidente do Conselho, Jacqueline Pitanguy, em 26 de março de 1987, o documento expressa algumas das reivindicações das mulheres brasileiras, das quais a maioria foi incorporada pelo texto constitucional. A solenidade reuniu um grupo de oitocentas mulheres, que ocuparam o plenário do Congresso Constituinte ao som do mote “hoje é nosso dia” (MULHERIO, 1987, p. 17). De acordo com Patrícia Bertolin (2018, p. 336), a Carta resultou de “[...] uma grande capacidade de *advocacy* dos grupos feministas organizados, que se reuniram em diversas conferências e lograram superar suas diferenças [...]”.

Diante disso, destacamos a necessidade urgente de revisão dos conteúdos sobre a redemocratização do Brasil veiculados nos livros didáticos de História que, geralmente, ignoram a dimensão e a importância da participação das mulheres na história recente do país, como no caso do livro *Projeto Radix*. Não é suficiente abordar como um fato complementar os movimentos sociais de mulheres e feministas, responsáveis pelos ganhos da luta pela democracia, pela Constituição, além da garantia dos direitos e da

⁶ O Portal da Constituição Cidadã, seção do site da Câmara dos Deputados dedicada ao processo da regulamentação da Constituição Federal de 1988, reserva espaço especial para a participação das mulheres na Constituinte, com destaque para a atuação da “Bancada Feminina” e os discursos marcantes das deputadas. A página da web pode ser acessada através do link https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada.

cidadania das mulheres. Para tanto, consideramos essencial uma análise a partir da categoria gênero, de modo que seja possível escrever uma história *com* as mulheres, e não apenas *uma* história das mulheres.

Avançando neste debate, acreditamos ser essencial analisar também a visão de cidadania proposta nos livros didáticos de História, pois partimos do pressuposto de que a formação cidadã está relacionada, de maneira indissociável, à construção do conhecimento histórico escolar que, por sua vez, tem como base as narrativas dos livros didáticos. Sendo assim, acreditamos que a formação da cidadania pelas alunas e pelos alunos exige a “[...]” compreensão da história política do país, dos embates, projetos, problemas e dificuldades nas relações entre Estado e sociedade, na construção da cidadania, da democracia” (GUIMARÃES 2012, p. 144). Neste âmbito, os livros didáticos de história escondem também algumas armadilhas, que podem ser identificadas e desarmadas pela teoria feminista e pelos estudos de gênero.

Cidadania e gênero

A historiadora Joan Scott (2002), repensando a história do movimento feminista e a construção do conceito de cidadania a partir das ideias e dos escritos de feministas francesas que, como Olympe de Gouges, reivindicavam os direitos políticos das mulheres durante a Revolução Francesa de 1789, critica a definição liberal do indivíduo abstrato, o elemento que conferia aos homens a cidadania e os direitos “universais” de igualdade, liberdade e fraternidade na França revolucionária. Dissimuladamente, esses mesmos direitos foram negados às mulheres, pasteurizadas em símbolos da Liberdade e da República de 1792 que propagavam e legitimavam os ideais revolucionários (HUNT, 2007). Sendo um símbolo popular, as mulheres não poderiam ser indivíduos, pois, como analisa Scott (2002, p. 30-31),

[...] o indivíduo abstrato expressava essa essência comum a toda a espécie humana. Seus direitos eram considerados naturais, porque (nas palavras do Marquês de Condorcet) “são derivados da natureza do homem”, sendo este definido como “um ser sensível [...] capaz de raciocínio e dotado de ideias morais”. A fim de que todos os seres humanos pudessem ser concebidos como iguais, dentro desse ponto de vista, era necessário que os indivíduos fossem abstraídos das categorias diferenciadoras atribuídas a nascimento, família, riquezas, ocupação, propriedade e religião, o que acarretava seu tratamento como seres incorpóreos, independentes de suas características físicas distintas de fisionomia, cor da pele e sexo. Foi essa abstração que tornou possível estabelecer uma identidade humana fundamental, um conjunto de

características universais e, assim, foi aberto o caminho para que se pensasse na igualdade política, social e até econômica.

Esse caráter abstrato da individualidade e da cidadania, que parte de uma perspectiva ao mesmo tempo universal e excludente, gerou impactos sentidos ainda atualmente. As constantes lutas por direitos básicos, como aquelas protagonizadas pelos movimentos de mulheres e feministas ou pelos movimentos negros e, por isso, chamadas de “questões identitárias” – ocultando o caráter relacional da diferença, como se masculinidade e branquitude não fossem também identidades –, revelam quem são os sujeitos contemplados pela categoria universal de “indivíduo” e que, portanto, desfrutam plenamente da cidadania. Por outro lado, tais reivindicações explicitam a necessidade de se levar em conta as diferenças para a ampliação da cidadania, pois a igualdade não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o seu reconhecimento (SOTT, 2005, p. 15). Colocando esta questão em termos concretos, Djamila Ribeiro (2018, p. 74-75) conclui que “[...] se duas pessoas vivem em situações desiguais, não se pode aplicar o conceito de igualdade abstrata, porque concretamente é a desigualdade que se verifica”. Ou seja, aqueles que estão em situação de desigualdade precisam de mecanismos que o permitam acessar a cidadania.

Ao ignorar o fato de que a cidadania é historicamente contingente – ou seja, não é uma garantia permanente – e que, além disso, a tensão entre igualdade e diferença é necessária para a manutenção da democracia (SCOTT, 2005), impõem-se limites à própria prática da cidadania e, conseqüentemente, à democracia. Como analisa Maria Amélia de Almeida Teles (2017, p. 22), “[...] o feminismo formula o conceito de libertação que prescindia ‘igualdade’ para afirmar a diferença – compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina”. Essa estratégia do movimento feminista se revelou necessária, uma vez que a busca pela igualdade foi orientada pelo reconhecimento das desigualdades de gênero histórica e socialmente construídas. Em termos práticos, isso significa que, para que as mulheres brasileiras tivessem a garantia de determinados direitos – dos quais os homens já usufruíam –, foi preciso que elas adotassem uma identidade comum enquanto mulheres para reivindicá-los e tê-los previstos na Constituição brasileira.

Todavia, isso não significava que não havia diferenças a serem superadas entre as mulheres; tampouco dava a certeza de que esses direitos seriam efetivamente garantidos e acessados por todas. Neste aspecto, a proposta do livro *Projeto Radix* não é ingênua e aborda, por exemplo, a questão da violência doméstica e a elaboração da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.304) como um exemplo da necessidade constante de luta pelos

direitos: mesmo que as mulheres tenham passado a contar com interferência do Estado para coibir esse tipo de violência, prevista com a Constituição de 1988, leis específicas tiveram de ser pensadas e conquistadas anos depois por meio da ação feminista.

Por outro lado, o livro didático reitera uma visão da cidadania que a reduz a um status meramente legal, limitando-a a questões de direitos individuais em confronto com o Estado ao propor a discussão do conceito em relação a questões como o voto feminino e a legislação. Na abordagem da conquista de direitos pelas mulheres na Constituição brasileira de 1988, o texto se limita a elencar aqueles que foram inscritos na Carta constitucional. Além disso, reproduz uma lógica evolutiva do desenvolvimento dos movimentos feministas, segundo a qual o seu ápice teria sido a institucionalização:

Com a redemocratização, [...] o movimento feminino viu suas lutas renderem frutos com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão destinado a auxiliar a presidência e os ministérios com propostas de leis e programas voltados para a questão feminina (VICENTINO, 2013, p. 294).

Embora seja inegável a importância da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, o órgão em si não foi o que possibilitou as conquistas das lutas feministas, mas foi um dos frutos das mobilizações das mulheres e feministas. A institucionalização do movimento feminista com a criação do CNDM dividiu opiniões e foi uma das pautas candentes em 1985. Muitas feministas se dedicaram a debater o assunto e suas implicações, como as incertezas inerentes à redemocratização de um Estado autoritário e o risco de cooptação.

O texto do livro didático *Projeto Radix* continua ressaltando que “[...] conselhos e associações similares, instalados nas zonas urbanas e rurais de estados e municípios, também contribuíram para as conquistas feminina durante a elaboração da Constituição de 1988” (VICENTINO, 2013, p. 294). Contudo, como exposto anteriormente, foram estes grupos que protagonizaram todo o processo, sendo o CNDM uma força aglutinadora dos diversos movimentos e pautas. Além disso, a campanha se deu de forma descentralizada, objetivo do próprio CNDM, cumprido através do estabelecimento de um canal direto de comunicação com os movimentos de mulheres, isto é, da articulação entre o poder institucional e a força dos movimentos autônomos de mulheres e entidades locais (PITANGUY, 2018, p. 19).

Considerações finais

Os livros didáticos são mercadorias e objetos culturais multifacetados, pois sofrem interferências de vários sujeitos ao longo de sua produção, o que os tornam produtos complexos e fontes surpreendentes para a pesquisa histórica e para a reflexão sobre o ensino de História. Sendo o único tipo de leitura acessível para algumas alunas e alunos e o principal instrumento didático dos professores de história, usufruem de legitimidade no ambiente escolar, a despeito das frequentes críticas, e constituem parte significativa da história ensinada na escola. Dessa forma, os livros didáticos apresentam um grande potencial a ser explorado como instrumentos pedagógicos e objetos de pesquisa, sobretudo em relação a reflexões críticas de gênero.

Além disso, apresentam também diversos limites, sobretudo no que diz respeito à incorporação da análise de gênero, como revelou a leitura do livro didático *Projeto Radix*. Assim como a maioria dos livros didáticos, nossa fonte trata a participação das mulheres na história como mera curiosidade e informação complementar, abordando-a apenas em textos secundários. Isto é, as mulheres ainda são representadas como coadjuvantes da História, o que ficou evidente na forma como a discussão sobre as lutas dos movimentos de mulheres e feministas brasileiras – que desempenharam papel essencial na luta contra a ditadura e pela democracia no país – foi proposta: como um adendo na história.

Apesar desses problemas, não é suficiente simplesmente apontar os limites dos livros didáticos e deixá-los de lado, mas é importante pensar também suas possibilidades, sobretudo a partir da intervenção das professoras e professores, sujeitos importantes na mediação da relação do aluno com os conteúdos e as propostas pedagógicas e políticas deste suporte. O próprio fato de as mulheres serem representadas em uma posição de menor relevância, nos boxes e nas margens do livro didático, devem servir como ponto de partida para uma análise crítica de gênero do livro didático enquanto fonte histórica, o que pode e deve ser realizado juntamente com as alunas e os alunos. Isso implica questionar a própria organização dos livros didáticos e tomá-los enquanto objetos de investigação na sala de aula, refletindo sobre seu caráter metodológico e seu processo de produção.

A complementação e a comparação do livro didático com outros materiais didáticos e fontes históricas podem ser métodos profícuos de aprendizagem, pois permitem a construção de uma consciência histórica sobre como as narrativas são construídas, sobretudo se leva em consideração categorias como gênero, raça, classe e

geração. Nesse sentido, esperamos que este artigo contribua para a reflexão sobre a consideração do uso das fontes produzidas pela imprensa feminista alternativa, que são valiosas para se conhecer e estudar a história do Brasil dos anos de 1970 e 1980 a partir da perspectiva feminista, sobretudo do feminismo negro, que cobre temas geralmente ignorados, tais como casamento, família, sexualidade, corpo, maternidade, aborto, etc.

Por fim, a politização desses assuntos considerados “privados”, uma das grandes contribuições do debate feminista para a política atual, pode despertar a consciência crítica tão importante para a formação cidadã, pois revela que a cidadania não se limita à relação entre o Estado e os indivíduos, expressas somente no direito ao voto, mas que diz respeito à vida cotidiana e, principalmente, à organização coletiva voltada para a reivindicação de direitos políticos e de uma vida vivível. Assim, pode-se extrapolar a visão abstrata de cidadania e edifica-la sobre uma materialidade sólida. A forma universal e racionalista em que a ideia de cidadania foi construída impediu o reconhecimento do antagonismo, deixando toda a diferença e particularidade no âmbito privado – onde se afirma a liberdade individual. Portanto, é necessário superar as concepções modernas de democracia e “[...] construir uma nova concepção de cidadania na qual a diferença sexual se torne algo realmente não pertinente” (MOUFFE, 1999, p. 39). Como propõe Djamilia Ribeiro (2016), é urgente pensar um novo marco civilizatório a fim de ampliar o projeto democrático.

GENDER AND CITIZENSHIP: TEXTBOOKS' LIMITS AND POSSIBILITIES FOR HISTORY TEACHING

Abstract: Textbooks are complex and multifaceted cultural objects for it materializes the marketing, ideological and pedagogical aspects of its own production. Considered essential instruments for the history teaching, which has a fundamental role in forming citizens, the textbooks maintain a thorough relation with the historical knowledge and therefore with the edification of citizenship. Wherefore, the goal of this article is to analyze, from the feminist theory and the gender studies, the limits and the possibilities of the *Projeto Radix – Raiz do Conhecimento* (2013) textbook, and to discuss the citizenship concept, specifically in the narrative about the Brazilian women's and feminists' social movements in the process of Brazil's democratization and the elaboration of the country's Constitution in 1988.

Keywords: Textbook. Feminism. Citizenship. History teaching.

Referências

Fontes

VINCENTINO, Cláudio. *Projeto Radix: História – 9º ano*. São Paulo: Editora Scipione, 2013, 2ª ed.

MULHERIO, ano VI, nº 25. São Paulo, Brasil, mar./ag. 1986.

MULHERIO, ano VII, nº 29. São Paulo, Brasil, mai./jun. 1987.

Bibliografia

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. A Carta das Mulheres aos Constituintes: um horizonte para as feministas brasileiras do século XXI. In: BERTOLIN, Patrícia; ANDRADE, Denise; MACHADO, Monica (org.). **Carta das Mulheres Brasileiras Constituintes. 30 anos depois**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, pp. 335-353.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017, pp. 11-27.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017, pp. 69-89.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, 2016, p. 262-284.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, pp. 549-566.

HUNT, Lynn. Formas simbólicas da prática política. In: **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 76-112.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: **Debate Feminista**. Ed. Especial Cidadania e Feminismo, México / São Paulo, 1999, p. 29-47

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3, pp. 51-66, set/dez. 2012.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022015>.

PITANGUY, Jacqueline. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memórias para o futuro. In: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. ANDRADE, Denise Almeida. MACHADO, Monica Sapucaia (org.). **Carta das Mulheres Brasileiras Constituintes, 30 anos depois**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, pp. 11-35.

RIBERO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, 2016, n. 24, v.13, pp. 99-104.

_____. **“Quem tem medo do feminismo negro?”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 1ª ed.

RÜSEN, Jörn. O Livro Didático Ideal. In: **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2011, p.109-127.

SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 1, n.2, jul./dez. 1995.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jan-abr, 2005, pp. 11-30.

TELES, Maria Amélia de Almeida. LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. Editora Intermeios: São Paulo, 2013, 1ª ed., pp. 49-92.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Editora Alameda: São Paulo, 2017.

VICENTINO, Cláudio. Projeto Radix: Raiz do Conhecimento. História. 9º Ano. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

SOBRE A AUTORA

Renata Cavazzana da Silva é graduanda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recebido em 22/05/2020

Aceito em 18/08/2020